

13th European Congress for Rural Sociology  
13è. Congrès Européen de Sociologie Rurale  
13ter Europäischer Kongress für Ländliche Soziologie  
13.º Congresso Europeu de Sociologia Rural

ASPECTOS DO  
**PORTUGAL RURAL**

Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais

BRAGA 1986



## APRESENTAÇÃO

João Ferreira de Almeida - Instituto de Ciências Sociais  
Manuel Villaverde Cabral - Instituto de Ciências Sociais

### A AGRICULTURA PORTUGUESA: UMA APRESENTAÇÃO

Manuel Belo Moreira - Instituto Superior de Agronomia da  
Universidade Técnica de Lisboa

### PORTUGAL AGRÍCOLA E RURAL: POPULAÇÃO

Carminda Cavaco - Faculdade de Letras da Universidade de  
Lisboa

### LATIFÚNDIO E REFORMA AGRÁRIA EM PORTUGAL

Afonso de Barros - CEEA do Instituto Gulbenkian de Ciência

### AGRICULTURA E FAMÍLIA EM PORTUGAL: ELEMENTOS PARA UMA LEITURA CRÍTICA

Karin Wall - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da  
Empresa

### COOPERAÇÃO E ASSOCIATIVISMO NO PORTUGAL RURAL

Nelson Lourenço - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade Nova de Lisboa

### O VOTO RURAL

Jorge Gaspar - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

### PRÁTICAS RELIGIOSAS EM PORTUGAL

Raúl Iturra - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e  
da Empresa

### ANEXO ESTATÍSTICO. A AGRICULTURA NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Aida Valadas de Lima - Instituto de Ciências Sociais  
Francisco Cordovil - Instituto Superior de Ciências do  
Trabalho e da Empresa

## COOPERAÇÃO E ASSOCIATIVISMO NO PORTUGAL RURAL

NELSON LOURENÇO

### INTRODUÇÃO

As formas organizativas do tipo associativo, (cooperativas, associações e grupos de carácter informal, como comissões de moradores e de trabalhadores) constituem unidades historicamente definidas e insusceptíveis de enquadramento em figurinos válidos atemporalmente. Relativamente a Portugal, é assim possível no século XX, definir três períodos notavelmente demarcados: o período da 1ª República (1910-1926) em que o Estado assume um importante papel de produtor de legislação sobre as cooperativas, cujo resultado nem sempre passou das boas intenções; o período do regime ditatorial-corporativo (1926-1974) em que a liberdade de associação é restringida e as cooperativas sujeitas a controle político-administrativo; o período de democratização da sociedade portuguesa após o derrube da ditadura em 1974.

Durante a vigência da 1ª República importante legislação é publicada, nomeadamente no campo do crédito agrícola, da mutualidade e dos socorros mútuos, e do consumo, para além de vários diplomas visando o fomento cooperativo. No após 1.ª Grande Guerra novas medidas serão promulgadas sendo as cooperativas consideradas como instrumentos capazes de atenuar os efeitos da crise económica: são visadas fundamentalmente as cooperativas de consumo, as agrícolas, a que se reconhece um papel importante no aumento da produção agrícola, e as de habitação vocacionadas para a construção de habitações sociais. Na tradição do movimento iniciado no século XIX, mantém-se um sector reduzido de cooperativas de produção industrial com ligação ao movimento sindical e operário.

O regime ditatorial implantado em 1926 imporá, pela Constituição de 1933, o sistema corporativo de organização da sociedade e do Estado. Embora este artigo não comporte a análise do regime corporativo português, é importante lembrar para uma melhor compreensão da sua evolução e das consequências sobre o movimento cooperativo (e de um modo geral, sobre todas as formas associativas) que apesar das polémicas iniciais entre a instauração de um "corporativismo de associação" ou de um "corporativismo de Estado" é este



que virá a ser aplicado. A sua progressiva extensão a todos os sectores da sociedade, acompanhada de uma prática limitativa e repressiva do direito de associação condicionará o papel das organizações de tipo associativo, limitando drasticamente a sua capacidade de actuação económica e social.

Na sequência do golpe militar de 25 de Abril de 1974 e acompanhando o processo de democratização da sociedade portuguesa, um longo e conturbado período de transformações sociais se inicia com repercussões profundas a todos os níveis da organização social.

No campo do associativismo, dos movimentos participacionistas e do controle operário das grandes e pequenas unidades económicas, assistir-se-á ao aparecimento de um grande movimento social, ora espontâneo ora controlado e orientado por forças políticas de sinal variado. A sua origem é fundamentalmente urbana e operária, indo das ocupações de casas ao controle ds empresas, mas estender-se-á aos campos e estará na base das ocupações de terras, no sul, e do movimento dos rendeiros ou do reforço da previdência social no meio rural, no centro e norte do país. A sua dinâmica e capacidade transformadora acompanhará o jogo de forças do poder assim como as próprias formas de organização que irá assumindo. O período que poderá ser considerado como o de maiores realizações neste campo situa-se entre as datas charneira da "Revolução de Abril", 28 de Setembro de 1974 e 25 de Novembro de 1975.

O extraordinário crescimento das organizações de tipo associativo, a partir de 1974, irá assumir formas diversas como diferentes eram também as motivações que estavam na sua origem. No meio rural, e para além, da constituição de um grande número de associações (de carácter profissional ou cultural-recreativo) e de cooperativas, assitiu-se, o que constituirá a originalidade da situação em Portugal, ao aparecimento, no quadro do processo de reforma agrária, de formas organizativas de exploração colectiva da terra. Estas assumirão formas diferentes, sendo, no entanto, actualmente, predominante a forma de cooperativa (1).

(1) Este assunto é desenvolvido no artigo de Afonso de Barros, incluído neste livro.

## Do estatismo à participação

Em Portugal, entre 1926 e 1974, as organizações rurais de tipo associativo desempenharam um papel significativamente menor na modernização da sociedade rural e da actividade agrícola do que se verificou na maioria dos países europeus. Para este facto contribuiu, essencialmente, o regime ditatorial-corporativo que impossibilitou a expansão e fortalecimento das formas associativas de organização. Justifica-se assim a análise, mesmo sumária, do sistema corporativo que durante cinquenta anos vigorou em Portugal.

O modelo de corporativismo de Estado em Portugal foi aplicado até 1960, apenas no domínio económico. Só a partir daquele ano ele será alargado a outras áreas com a criação das "corporações morais e culturais". Segundo a ideologia corporativa o fundamento da Sociedade e do Estado residia na colaboração orgânica e permanente das classes e dos diversos grupos sociais, tendo este o direito e a obrigação de coordenar e de regular superiormente a vida económica e social (Constituição de 1933). Ao Estado era assim atribuída uma grande capacidade de intervenção em todos os domínios da vida económica o que era facilitado pela inexistência de uma burguesia industrial e financeira, cujo crescimento, aliás, se irá processar à sua sombra (PEREIRA, 1974).

A organização corporativa rural foi regulamentada em 1937 (2). Nesta altura são criados os Grémios da Lavoura, nos quais era obrigatória a inscrição dos agricultores e cujos dirigentes eram submetidos à aprovação do Governo. Junto das direcções existiam delegados do Governo com direito de veto sobre as decisões tomadas até posterior sancionamento ministerial. A estrutura da organização corporativa agrícola assentava na existência de grémios a nível de concelhos associados em Federações de Lavoura, de nível regional, algumas das quais apenas seriam constituídas em 1960.

Tendo como função social a representação dos interesse de classe, os grémios foram fundamentalmente um dos meios de enquadramento dos agricultores no âmbito da estrutura político-ideológica do Estado corporativo (3).

(2) Até 1937 apenas existiram organismos corporativos cuja vocação era o controlo dos então designados "sectores em crise" (LUCENA, 1976).



Neste quadro de uma sociedade rural controlada e reprimida, a acção possível das cooperativas e associações na transformação dos universos sociais e culturais era forçosamente limitada. A sua implantação era reduzida e quase inexistente em algumas regiões.

Nos sectores económicos em que as cooperativas desempenharam um papel relevante (casos do leite e do vinho) a sua constituição foi quase sempre de iniciativa estatal (4). Salvo raras excepções, as cooperativas eram consideradas pela população rural como corpos estranhos controlados por funcionários. Atitude justificada pelo regime de tutela a que as cooperativas estavam sujeitas, quer por parte dos organismos estatais designados de "coordenação económica" quer por parte dos grémios de quem muitas vezes as cooperativas eram meras dependências (caso, por exemplo, das cooperativas de "compra e venda"). As cooperativas eram assim reduzidas a uma situação de total submissão, na qual as suas direcções eram sujeitas à homologação governamental e a sua acção orientada por delegados do Ministério da Agricultura (LOURENÇO, 1982).

O controle da sociedade rural não era todavia, apenas exercido pelos grémios. A organização corporativa contava ainda com uma eficaz instituição de dissolução de eventuais conflitos sociais : as Casas do Povo. Nestas misturavam-se grandes e pequenos agricultores e assalariados agrícolas, de acordo com o objectivo norteador da ideologia corporativa : " A propriedade, o capital e o trabalho deviam desempenhar uma função social, em regime de cooperação económica e solidariedade" (BAPTISTA, 1985). As "casas do povo", na qual a inscrição era obrigatória, substituíram as organizações rurais democráticas do tipo associativo (associações de agricultores e sindicatos agrícolas).

(3) O Conselho Geral dos Grémios era composto pelos vinte maiores agricultores residentes na região e por delegados eleitos pelos restantes agricultores, no entanto e para assegurar o domínio da "burguesia rural local" os primeiros detinham sempre, pelo menos, um terço dos votos. Apesar dos condicionalismos existentes num regime autoritário à liberdade de expressão, as decisões raramente eram tomadas por votação secreta (LUCENA, 1976).

(4) Esta acção de fomento cooperativo será apenas realizada em alguns sectores, acautelando sempre os interesses dos grandes intermediários e visando mais o abastecimento urbano, cujas necessidades de consumo acompanhavam o processo de industrialização, do que os interesses do pequeno agricultor.

## COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO APÓS 1974

Como ficou expresso atrás, o processo de democratização da sociedade portuguesa foi acompanhado por um largo movimento social de base com variados e difusos projectos mas que pode ser caracterizado, sem grande margem de erro, pelas suas tendências autogestionárias e participativas. Este movimento (ou movimentos) irá materializar-se numa vasta tipologia de formas organizativas de acordo com a área de actuação, a época de constituição e a fonte de inspiração (LOURENÇO, 1983).

Os dados disponíveis apenas permitem fazer comparações no tempo relativamente às cooperativas cujo crescimento é, por si só, suficientemente expressivo, conforme se pode verificar pela leitura do Quadro I.

Quadro I

### Evolução do número de cooperativas(a)

TIPOS DE COOPERATIVAS	1974		1980		1984	
	1 de Jan.	31 de Dezem.	31 de Dezem.	31 de Dezem.	31 de Dezem.	31 de Dezem.
Agricultur.	401	42.2	1 284(b)	37.9	1 038(b)	36.3
Consumo	193	20.3	472	13.9	478	13.3
Crédito	132	13.9	155	4.6	197	5.5
Pesca	-	-	87	2.6	81	2.2
Habitação	40	4.2	250	7.4	276	7.7
Produção(c)	10	1.1	404	11.9	416	11.5
Outras (d)	174	18.3	733	21.7	845	23.5
TOTAL	950	100	3 385	100	3 601	100

Fonte: INSCOOP.

Notas:(a) Os números referem-se a cooperativas constituídas incluindo, portanto, em alguns casos, cooperativas inactivas.

(b) Inclui as cooperativas agrícolas de produção da "zona da reforma agrária"; a partir de 1979, a quase totalidade das unidades colectivas de produção (UCP) assumiram a forma de cooperativas.

(c) Inclui apenas cooperativas operárias de produção industrial.

(d) Inclui entre outras cooperativas de ensino e de actividades culturais e recreativas que, em 1984, eram 305.



Estes valores referem-se no entanto às cooperativas constituídas, não entrando em linha de conta com as inactivas ou dissolvidas. Esta afirmação é particularmente verdadeira para o caso das cooperativas agrícolas, em que não se considerou a extinção de numerosas cooperativas de produção agrícola. Parece, por isso, mais correcta a estimativa que fixava, em 1981, o número total de cooperativas em cerca de 2800, das quais 1050 agrícolas. Os acréscimos verificados a partir de então são pouco significativos e situam-se, principalmente, na área dos serviços (cooperativas de ensino, de cultura, de gabinetes de estudos, de comercialização, etc.) (SILVA, 1985).

Relativamente à sociedade rural assistir-se-á por um lado, a um movimento que acompanha de perto o processo de transformações sociais e políticas decorrentes do derrube da ditadura e cuja expressão mais significativa é a ocupação de terras e a constituição de unidades colectivas de produção, no sul e o movimento dos rendeiros no centro e norte do País. É no entanto, de salientar, por outro lado, o desencadear de um processo de constituição de um variado tipo de organizações rurais actuando nos planos económico (cooperativas e caixas de crédito), cultural (associações recreativas e culturais, de educação de adultos, etc.) e político-representativo (associações de defesa de interesses profissionais). Este movimento que se estende a todo o País, apresenta duas características que convém destacar. Primeiro e principalmente no caso das associações, estas deixam de ser um exclusivo da "vila" para aparecerem um pouco por todas as aldeias. Em segundo lugar verifica-se, principalmente no caso das cooperativas, uma progressiva constituição de estruturas representativas, quer a nível regional e nacional quer a nível sectorial.

Nas páginas que se seguem tentar-se-á dar um panorama geral do desenvolvimento actual dos diferentes tipos de organizações rurais, da sua representação social e económica e distribuição regional. A elaboração deste trabalho teve como principal dificuldade a ausência de dados sobre muitos dos itens indispensáveis à caracterização das organizações (como, por exemplo, o número de sócios), a sua falta de actualidade e, em alguns casos, a falta de credibilidade.



## Organizações rurais com actividade económica

Dos diferentes ramos do sector cooperativo o agrícola é o que possui um maior significado quer em número de organizações associadas quer em importância económica.

Relativamente ao extraordinário aumento do número de cooperativas agrícolas constituídas entre 1974 e 1980 é de referir que parte substancial do contingente, cerca de metade, era constituída por cooperativas agrícolas de produção, resultantes da transformação, em 1979, das unidades colectivas de produção da zona da reforma agrária em cooperativas.

No conjunto do sector cooperativo agrícola é de destacar as cooperativas de transformação agro-industrial que, no caso do leite e do vinho, assumem uma posição importante no contexto da economia nacional. As cooperativas de lacticínios, com cerca de 76 000 pequenos agricultores associados, representavam, no seu conjunto, mais de 80% da produção de leite e cerca de 95% do leite destinado ao abastecimento público (ver Quadro II).

No caso do vinho, as adegas cooperativas representavam cerca de 45% da produção, associando cerca de 70 000 agricultores, ou seja, aproximadamente 35% dos produtores de vinho registados. A situação das adegas cooperativas quer quanto à sua origem quer quanto à composição social do seu societariado é algo diferente das cooperativas de lacticínios.

A sua constituição foi o resultado de uma decisiva intervenção estatal que, desde o final da década de quarenta, investiu no planeamento e construção de uma rede de adegas cooperativas a nível nacional, sob a orientação e o controle do organismo de "coordenação económica" do sector (BAPTISTA, 1985), (5). Relativamente aos sócios, e apesar das variações regionais, é possível afirmar que, até 1974, estes eram fundamentalmente médios agricultores e, em algumas zonas, médios e grandes proprietários. O controle das adegas cooperativas foi tradicionalmente assegurado pelos grandes produtores da região. A situação será actualmente

(5) A produção de leite concentra-se na região litoral do centro-norte de Portugal (norte do rio Mondego), tendo como origem pequenas explorações agrícolas; nas duas regiões que representam 60% dos efectivos leiteiros, o ratio calculado do número de cabeças/exploração, oscilava entre 2,4 (no Entre-Douro e Minho) e 2,0 (na Beira Litoral) (INSCOOP).

algo diferente, com uma participação crescente de pequenos produtores em certas regiões do país (6).

As caixas de crédito agrícola mútuo são outro importante tipo de associativismo rural cujo desenvolvimento foi violentamente coartado pela política de controle e repressão da liberdade de associação do regime ditatorial-corporativo. As primeiras caixas de crédito agrícola foram criadas durante a vigência da 1.ª República e tiveram um grande dinamismo até aos anos trinta. Durante o regime corporativo, colocadas sob a tutela do Estado as caixas de crédito perdem a sua vitalidade e capacidade de expansão (entre 1960 e 1969 apenas se constituiu uma nova "caixa").

O dinamismo das caixas de crédito agrícola mútuo apenas será reactivado após 1974, tendo o seu número passado de 142 em 1975, para 187, em 1982. O número de associados, durante o mesmo período, passou de 56 400 para 90 000.

No Quadro II apresentam-se dados referentes ao número de associados, postos de trabalho e peso económico das cooperativas agrícolas e caixas de crédito agrícola mútuo.

(6) Na área da Junta Nacional dos Vinhos - correspondente às regiões "não demarcadas" - responsável em 1981, por 57,2% da produção total - , cerca de 77% dos produtores eram "pequenos produtores", contra 13% em 1965. (INSCOOP e BAPTISTA, 1985).



Quadro II

SECTOR COOPERATIVO AGRÍCOLA (1983) (a)

	Nº de Cooperat. a)	Nº de Associados	Volume do Emprego	Peso Económico Sectorial
Produção(b)	273	(c)	(c)	(c)
Adegas	126	70 000 (1979)	1 800	43% da prod. total de vinho
Horto-Frut.	28	9 000 (1980)	840	15% da prod. fruta fresca 9% da prod. concen. tomate
Olivicult.	108	42 000 (1980)	1 620 (d)	26% da produção de azeite
Crédito	187	90 000 (1982)	500	38.5% do crédito à agricultura
Lacticínios	82	72 000	5 550	80% da prod. de leite 95% do leite trat.; 98% do leite UHT; 100% pasteu. 67% manteiga 9% do queijo 29% yogurtes
Compra e Venda (aprovis.)	246	(c)	3 500	133 milh. US\$ em vol. venda (preços 1983)

Fonte: UNDP-ILO / INSCOOP.

Notas: (a) Inclui apenas cooperativas em actividade.

(b) Inclui as cooperativas agrícolas de produção (ver nota (a) Quadro I), nas quais os associados executam a totalidade ou a maioria do trabalho com recurso eventual a trabalho assalariado sazonal.

(c) dados não disponíveis.

(d) inclui trabalho sazonal.

Nos últimos anos vem-se verificando uma progressiva tendência para a estruturação do sector através da constituição de uniões e federações de cooperativas.

As uniões actuam fundamentalmente na área económica, quer a nível da transformação quer a nível da compra e venda, desenvolvendo a sua acção numa perspectiva sectorial e regional. Estas uniões localizam-se fundamentalmente nas áreas de maior densidade cooperativa.

As federações propõem-se preencher espaços mais vastos, pretendendo assumir um papel de coordenador dos interesses do sector com capacidade de dialogar em seu nome com os restantes parceiros sociais e especialmente com o Estado. O número de federações é ainda, contudo, reduzido e a sua acção pouco significativa. É também de salientar o facto de as federações resultarem fundamentalmente da associação de cooperativas e não de uniões.

### Quadro III

#### ESTRUTURA DO SECTOR COOPERATIVO AGRÍCOLA

	UNIÕES	FEDERAÇÕES
CRÉDITO	1	1
TRANSFORMAÇÃO AGRÍCOLA	17	2
COMÉRC. E SERVIÇOS AGRÍ.	5	1
PRODUÇÃO a)	18	-
TOTAL	41	4

(a) Inclui os chamados Secretariados Agrícolas Distritais, (dados de 1980).

Uma outra modalidade de associativismo agrícola é a agricultura de grupo. A sua promoção pelos organismos estatais, a partir de 1969, teve como principal objectivo ultrapassar duas dificuldades estruturais à modernização da actividade agrícola em Portugal: a exiguidade da dimensão das explorações e o êxodo agrícola. Considerava-se assim, que número importante das explorações agrícolas situava-se no limite inferior da viabilidade económica e que a sua integração horizontal criaria as condições para as tornar tecnicamente evoluídas.



Em 1979, dez anos depois da publicação da primeira lei sobre agricultura de grupo, tinham apenas sido criadas 167 sociedades deste tipo, das quais 49 se tinham dissolvido ou nunca tinham funcionado, agrupando 1 120 associados e explorando 13 625 hectares (VIEIRA,1979). As sociedades em funcionamento podiam ser caracterizadas do seguinte modo:(7)

a) Numerosas sociedades eram constituídas predominantemente ou em grande parte por absentistas, frequentemente não residentes sequer no local, ficando a actividade produtiva parcial ou exclusivamente a cargo de assalariados (56% dos trabalhadores permanentes eram assalariados);

b) Cerca de metade dos associados (45% ) possuía uma ocupação ou profissão totalmente desligada da agricultura;

c) Em muitas sociedades registava-se um exagerado desequilíbrio entre o montante das diversas quotas, concedendo a alguns sócios o domínio da sociedade; estes eram na maioria dos casos absentistas (em 60% dos casos a relação era de 1:3 e em 20% atingia 1:10);

d) Frequentemente não se verificava a fusão de explorações; nestes casos, as sociedades destinavam-se a explorar uma unidade pré-existente, não se cumprindo assim o objectivo proposto de redimensionamento das explorações agrícolas (em apenas 36% dos casos se registou aumento de área);

e) Grande parte das sociedades constituídas eram exclusiva ou predominantemente familiares (72% ).

Esta situação decorrente de uma inadequada legislação, parece estar na origem do fracasso da acção de promoção deste tipo de associativismo agrícola. Outras causas apontadas são o insuficiente apoio prestado pelo Estado, nomeadamente no domínio da assistência técnica, da formação profissional e gestão e do financiamento, acções indispensáveis em virtude da insuficiente preparação técnico-profissional da generalidade dos associados (VIEIRA,1984).

Tendo em atenção o indiscutível interesse da agricultura de grupo no contexto da agricultura portuguesa,

(7) O lançamento de acção de promoção da agricultura de grupo corresponde precisamente ao período de um intenso êxodo agrícola, quer com destino aos centros urbanos quer com destino à emigração.

foi publicada, em 1979, nova legislação, visando corrigir os inconvenientes da anterior e que seria implementada apenas a partir de 1982 (8).

Sendo ainda cedo para se formular uma opinião conclusiva é possível no entanto, a partir de um estudo comparativo entre as "antigas" e as "novas" sociedades, realizado na região de Ribatejo-Oeste, assinalar algumas diferenças significativas (VIEIRA, 1984):

a) acréscimo importante da participação de sócios exclusivamente agricultores (84% versus 56% );

b) aumento da percentagem de sócios que participam com trabalho na sociedade a tempo inteiro (37% versus 7% );

c) recurso quase inexistente a assalariados permanentes;

d) redução significativa da idade média dos associados.

Esta alteração positiva na composição do societariado e estrutura das sociedades verificada na região Ribatejo-Oeste (não se dispõem dados sobre o resto do País) não tem sido, contudo, acompanhado de acréscimos significativos no número: durante os três anos de vigência da actual legislação foram criadas 31 sociedades. As razões desta situação continuam a dever-se às referidas faltas de apoio em assistência técnica e coerência de créditos, a par de uma pouco activa política de vulgarização das vantagens deste tipo de associativismo.

#### Associações representativas de interesse de classe

De 1926 a 1974, as organizações democráticas representativas de agricultores e de trabalhadores rurais foram dissolvidas e, no caso das representativas destes últimos, ferozmente reprimidas (9).

(8) A actual legislação consagra alguns princípios essenciais a um correcto exercício da prática associativa: participação equilibrada no capital social; um voto por associado; obrigação dos sócios participarem no trabalho; restrição ao recurso a trabalhadores assalariados de natureza permanente.



A organização corporativa da lavoura viria a ser imposta pelo regime ditatorial assentando, com se disse, nos grêmios e nas casas do povo.

A seguir ao 25 de Abril de 1974, as organizações representativas dos agricultores espalharam-se por todo o País, possuindo implantação regional diferente de acordo com a estrutura agrária e regime fundiário.

Assim, na Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA) existem Secretariados Distritais, que funcionam como órgãos representativos das unidades de produção colectiva criadas com a reforma agrária.

No norte-centro do País, onde o arrendamento rural atinge expressão significativa, surgiu o Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (MARN), que agrega vários milhares de rendeiros. Com influência na mesma região existem várias Ligas de Pequenos e Médios Agricultores.

Agregando trabalhadores assalariados refira-se também a existência de vários sindicatos agrícolas cuja influência se faz sentir principalmente na ZIRA.

Com acção a nível nacional mas com expressão diferente quer no número de associados quer no papel desempenhado e objectivos programáticos defendidos, existem dois movimentos de agricultores: a Confederação dos Agricultores Portugueses e a Confederação Nacional de Agricultura.

Os dados disponíveis relativos às duas confederações representativas dos agricultores impossibilitam qualquer comparação sobre a sua real dimensão, ou seja, o número de agricultores filiados (10).

A Confederação de Agricultores Portugueses (CAP), constituída em 1975, define-se com defensora de uma agricultura empresarial e tem sido um dos mais acérrimos críticos do processo de Reforma Agrária desencadeado a seguir ao 25 de Abril de 1974, no sul do País. Com 68 associações de âmbito concelhio e distrital e 12

(9) O movimento associativo que adquirira particular vigor durante a 1.ª República compreendia dois tipos de organizações: os "sindicatos dos trabalhadores rurais", com expressão predominantemente no Alentejo, onde predominava o latifúndio, e os "sindicatos agrícolas" que eram fundamentalmente associações de proprietários fundiários.

(10) Os elementos apresentados foram fornecidos pelas Direcções das duas Confederações.

cooperativas agrícolas associadas a CAP apresenta uma estrutura organizativa homogeneamente distribuída pelo território.

A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) foi constituída em 1978 e apresenta-se fundamentalmente como a representante de pequenos e médios agricultores, de agricultores rendeiros e de utentes de baldios. Com 602 organizações filiadas a sua implantação é mais forte no centro-norte do País onde predomina o minifúndio. Entre as organizações associadas contam as "ligas" e uniões de pequenos agricultores e de rendeiros, conselhos de baldios, cooperativas e mútuas de gado.

Para além das reivindicações de carácter económico (crédito bonificado, garantia de preços e de escoamento dos produtos agrícolas, etc.) a CNA tem desenvolvido acções reivindicativas em áreas como a melhoria de segurança social no meio rural, a alteração de gestão dos órgãos regionais e locais de segurança social, com o objectivo de assegurar a representação e participação das organizações rurais, etc.

Em 1983 foi constituída a Associação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal que agrega actualmente quatro associações de âmbito concelhio, num total de 2 500 agricultores associados, entre os 18 e os 35 anos de idade. Com implantação no sul do País a Associação, que é filiada na CAP, tem como objectivos principais a "defesa dos interesses da propriedade e iniciativa privadas" e da empresa agrícola familiar.

### Associações culturais e recreativas

As transformações sociais da vida portuguesa no após 25 de Abril, que estão na base da expansão do movimento cooperativo que atrás se referiu, são acompanhadas de idêntica expansão de formas associativas actuando principalmente num campo que, em sentido lato, se poderia designar por cultura e recreio. Inclui-se aqui um vasto universo que abarca associações cuja actividade pode ser especialmente dedicada quer à prática desportiva quer a acções de natureza cultural.

Se muitas destas associações se limitam a realizar bailes, a ser um local de convívio à volta do bar e da mesa de jogo de cartas, ou a promover episodicamente actividades desportivas, muitas outras dinamizam várias actividades



culturais que vão do folclore ao teatro amador, do orfeão à banda de música e não raras à única biblioteca acessível. A vitalidade de algumas delas confere-lhes um desenvolvimento surpreendente cuja acção e influência ultrapassam o sítio de origem, transformando-se em verdadeiros centros de dinamização cultural regional.

Embora muitas delas existissem antes de 1974 é a partir daí que se verifica a sua expansão quer em número quer em significado regional. A associação é hoje um indiscutível elemento de animação cultural e social da vida da aldeia. Na ausência de informações precisas quer quanto a data de constituição quer quanto a sua localização, de modo a permitir etiquetá-las como "rurais", resta a alternativa de apresentar dados estimados.

Em 1979 estimavam-se em cerca de cinco mil o número de associações culturais e recreativas existentes no País, muitas das quais implantadas no meio rural, quer vilas quer aldeias. Desenvolvendo uma acção específica, a de ministrarem cursos de alfabetização para adultos, funcionavam, em 1984, 678 associações, a quase totalidade no meio rural.

## BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÕES POPULARES PARA O DESENVOLVIMENTO, Lisboa, DGEA  
(Col. Pensar Educação), 1982.

BAPTISTA, F. Oliveira, Política Agrária (Anos trinta-1974),  
Lisboa, 1984 (não publicado).

LOURENÇO, Nelson, Organisations Rurales au  
Portugal, Helsinquia, XI Congrès Européen de Sociologie  
Rurale (Rapport au 6ème Group), 1981.

New Forms of Cooperation in Portugal: outline of the  
Process 1974-82, Steinkjer (Norway), Conference on New  
Forms of Cooperation in Europe, 1983.

Domination et Société Rurale - industrialisation et  
corporatisme : le cas de la Beira Maritime,  
Sociologia Ruralis, vol. XXII, n.2, 1983.

LUCENA, Manuel, Sobre a Evolução dos Organismos de Coordenação  
Económica ligados à Lavoura, Análise  
Social, XIV, (56), 1978.

PEREIRA, J.M., Pensar Portugal Hoje. Os Caminhos Actuais do  
Capitalismo Português, Lisboa, D. Quixote, 1979.

SILVA, Henrique Schwarz, L'Experience Cooperative Portugaise:  
clivages et dialogues, Bruxelas, 1985, (não  
publicado).

VIEIRA, Rui Correia, Situação e Prespectivas da Agricultura de  
Grupo em Portugal (Elementos para um debate),  
Lisboa, DGER, 1979.

Agricultura de Grupo em Portugal, Lisboa, 1984, (não  
publicado).

NOTA: As informações estatísticas sobre cooperativas e  
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo foram cedidas pelo  
Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, salvo  
referência expressa em contrário.